

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. MB D 00012

Mensagem 2 (283 linhas)
From ism Thu Aug 29 22:54:14 1996
Date: Thu, 29 Aug 1996 22:54:14 -0300
From: <ism>
Subject: ongs no painel florestas onu
Cc: beatriz@birdlife.org.u, ism, ispn, sbssilvic@wm.com.br

DOCUMENTO ISM - 1996/1

A CONTRIBUICAO DAS ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS (ONGs) A SEGUNDA
SESSAO DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE FLORESTAS - GENEBRA,
(IPF-II) 11-22 de Marco de 1996.

Maria Cristina Weyland Vieira (Presidente do Instituto Sul-Mineiro
de Estudos e de Conservacao da Natureza. e Conselheira da
Delegacao Oficial do Brasil no IPF - II)

RESUMO - Cronica sobre a contribuicao das Organizacoes
nao-governamentais a 2a Sessao do Painel Intergovernamental de
Florestas. A cronica foi realizada com base na consulta aos
documentos das ONGs e na experiencia pessoal da autora. Foram
selecionadas algumas das colocacoes mais importantes nas
intervencoes das ONGs aos varios temas avaliados e discutidos
preliminarmente ou substancialmente pelo IPF.

PALAVRAS-CHAVE: Florestas - Organizacoes nao-governamentais -
Organizacao das Nacoes Unidas - Painel de Florestas

SUMMARY - Chronicle about the contribution of the Non-Governmental
Organizations to the 2nd Session of the Intergovernmental Panel on
Forests. The chronicle was based upon the NGO Documents and the
personal experience of the author. Some of the most important
recommendations in the NGO interventions on the various issues
analysed and discussed in a preliminary or substantial way have
been selected.

KEY-WORDS: Forests - NGOs - United Nations - Forest Panel

I - INTRODUCAO -

O Painel Intergovernamental de Florestas (IPF) foi estabelecido
pelo Conselho Economico da ONU conforme recomendacao da Comissao
de Desenvolvimento Sustent vel. Os seus principais objetivos sao os
de considerar os resultados de um grande nmero de processos e
iniciativas em andamento e utilizar-se da experiencia e dos
recursos de organizacoes relevantes internas e externas a ONU,
assim como de v rias partes relevantes, incluindo os principais
grupos de representantes da sociedade civil.

O Painel Intergovernamental de Florestas iniciou os seus trabalhos
quando de sua primeira sessao em setembro de 1995 na sede da ONU em
Nova York, com a participacao de seus estados membros, pases com
status de observadores, instituicoes internacionais envolvidas com
o tema, organizacoes-nao-governamentais e movimentos sociais. Esta

primeira sessao tratou unicamente do programa de trabalho do IPF sem aprofundar-se em qualquer discussao substancial.

Recentemente, em marco de 1996, na sede da ONU em Genebra, o Painel se reuniu pela segunda vez. Desta vez entao, definidos os temas dos programas elementos, o Painel encetou a discussao inicial de alguns e substancial de outros. Dentre os 52 estados membros, 29 se fizeram representar e uma das mais equilibradas delegacoes foi a do Governo Brasileiro, com a participacao de um representante do Itamaraty, de dois representantes do Ministerio de Meio Ambiente, um representante do setor privado (SBS) e uma representante de ONG ambientalista (ISM).

A contribuicao das ONGs presentes foi de tal modo relevante e sua participacao tao frequentemente requisitada por varias delegacoes, inclusive a brasileira, que uma cronica sobre este processo foi elaborada especialmente para ser apresentada no evento Forest-96 a realizar-se em Belo Horizonte, Brasil, em agosto de 1996.

METODOLOGIA DE TRABALHO - Esta cronica foi realizada com base na consulta dos documentos divulgados pelas ONGs ao longo da segunda sessao do Painel Intergovernamental de Florestas, nos documentos publicados na conferencia eletronica exclusiva GFPP.POL e na vivencia do processo de participacao da coalisao de ONGs presentes a este forum internacional. A cronica estara segmentada nos diversos temas avaliados e discutidos preliminarmente ou substancialmente nesta segunda sessao do Painel Intergovernamental de Florestas.

A PARTICIPACAO DAS ONGS NO IPF - II - Durante as duas semanas de duracao deste Forum Internacional de delegacoes governamentais, a sociedade civil teve a palavra nas 30 intervencoes realizadas por representantes de 16 distintas ONGs e coalisoes de ONGs internacionais, nacionais e locais: O Fundo Mundial para a Natureza (WWF); Uniao Internacional para a Conservacao da Natureza; Amigos da Terra Internacional; Global Forest Policy Project (USA) (representando a Federacao Nacional da Vida Selvagem,; Amigos da Terra - USA e Sierra Club); Alianca Internacional dos Povos Indigenas e Tribais das Florestas Tropicais; Rede de Acao da Biodiversidade; Alianca de cidadaos para salvar a Terra e a atmosfera; Rede de Acao Florestal (Kenya); Fundacion Natura (Equador); Green Earth (Ghana); Rede de Salvamento da Taiga (Siberia); Fundacao Peruana para a Conservacao da Natureza; Associacao de Conservacao do Caribe e Dobo Yala (Panama).

Seguem-se algumas das mais importantes colocacoes nas intervencoes das ONGs a titulo de contribuicao para os temas em analise pelo IPF nesta sessao:

CATEGORIA I: IMPLEMENTACAO DE DECISOES RELATIVAS A FLORESTAS NA CNUMAD_92 A NIVEL NACIONAL E INTERNACIONAL INCLUINDO UMA ANALISE DOS VINCULOS SETORIAIS E INTERSETORIAIS.

I-1: PROGRESSO ATRAVES DE PLANOS NACIONAIS E DE USOS DA TERRA.

O representante de Amigos da Terra Internacional, Rob Glastra, propôs que os Programas Nacionais Florestais deveriam reconhecer, respeitar e incorporar esquemas existentes de uso da terra comunitários e tradicionais antes de serem adaptados.

I-2: CAUSAS SUBJACENTES DO DESMATAMENTO E DA DEGRADACAO FLORESTAL.

A ambientalista Nina Dwisanti, da Indonesia, alertou que o relatório preliminar do IPF continha algumas declarações perigosas que podiam ser usadas pelos governos para tolerar, justificar ou mesmo estimular a destruição de florestas. No caso referia-se a afirmação no documento de que o desmatamento não precisa ser necessariamente prejudicial. E justificou a posição das ONGs considerando que todo desmatamento tem efeitos negativos na floresta que foi removida e nos serviços por ela fornecidos.

I-3: CONHECIMENTO TRADICIONAL RELATIVO A FLORESTAS:

O representante da Dobbo - Yala (Panama), Eligio Alvarado, considerou o papel fundamental dos povos indígenas no uso sustentável e racional dos recursos naturais e dos bosques e da importância de fortalecer as suas instituições para participar em processos decisórios para o planejamento florestal. E o representante do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Gonzalo Oviedo, alertou que o documento relativo a este tema era o mais débil de todos os apresentados para discussão nesta sessão do IPF, pois que oferecia poucas recomendações concretas. Encaminhou então várias recomendações do grupo de trabalho de ONGs sobre a questão no sentido de reconhecer o papel dos povos indígenas no manejo dos bosques.

I-4: ECOSISTEMAS FRAGEIS AFETADOS PELA DESERTIFICACAO E O IMPACTO DA POLUICAO ATMOSFERICA NAS FLORESTAS.

O representante da Aliança de Cidadãos para Salvar a Terra e a Atmosfera, Tadashi Ogura, considerou como uma questão prioritária nas discussões políticas a cadeia de poluição transnacional, que passa de um país a outro, afetando a biodiversidade de países vizinhos dos países poluidores. E recomendou a adoção do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas como contribuição às discussões sobre ecossistemas frágeis, tais como as zonas áridas e semi-áridas.

I-5 - AS NECESSIDADES E EXIGENCIAS DE PAISES COM BAIXA COBERTURA FLORESTAL.:

A representante da Rede de Ação Florestal (Kenya), Linet Obare, colocou que o grupo de trabalho de ONGs no tema realmente acredita que as plantações florestais não podem ser vistas como substitutas para as florestas naturais. E recomendou que o Painel reenfaticasse as perspectivas sociais e comunitárias quando da abordagem deste tema.

CATEGORIA II - COOPERACAO INTERNACIONAL EM ASSISTENCIA FINANCEIRA E TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTAVEL.

A representante da Fundacao Natura, Martha Nunez, argumentou que as permissoes internacionais negociaveis de emissoes podem constituir um mecanismo importante mas sem excluir a necessidade de reduzir as emissoes dos paises desenvolvidos. E considerou que os mecanismos previstos nesta categoria deveriam se basear na existencia de valores ambientais globais dos bosques que deveriam traduzir-se em fluxos de fundos dos paises industrializados para os paises em desenvolvimento.

CATEGORIA III: PESQUISA CIENTIFICA, AVALIACAO FLORESTAL E DESENVOLVIMENTO DE CRITERIOS E INDICADORES PARA O MANEJO FLORESTAL SUSTENTAVEL.

III-1 (a): AVALIACAO DOS BENEFICIOS MULTIPLOS DE TODOS OS TIPOS DE FLORESTAS.

A representante da Fundacao Peruana para a Conservacao da Natureza, Beatriz Torres, propos a seguinte linguagem alternativa para o paragrafo 7 do relatorio do secretariado do IPF: " As avaliacoes deveriam ser realizadas da maneira mais custo-efetiva e a realocacao de recursos financeiros poderia ser requisitada para apoiar programas efetivos de avaliacao. "

III - 1 (b) : METODOLOGIAS PARA AVALIACAO APROPRIADA DOS BENEFICIOS MUTLIPLS DAS FLORESTAS.

A representante da Fundacao Peruana para a Conservacao da Natureza, Beatriz Torres, ressaltou a necessidade de realizar estudos mais amplos sobre os efeitos da Globalizacao da Economia sobre os bosques, em especial sobre os bosques tropicais da America Latina dos quais se estima que no ano 2000 provenham 2/3 do comercio de madeiras tropicais . E argumentou que existem estudos de caso que demonstram que o valor da exploracao sustentavel de produtos nao-lenhosos dos bosques tropicais e seis vezes maior que o da madeira.

III-2 - CRITERIOS E INDICADORES PARA O MANEJO FLORESTAL SUSTENTAVEL.

O representante da Rede de Salvamento da Taiga, Andrei Laletin, lembrou que as ONGs nao concordavam de que todos os indicadores descritivos e qualitativos poderiam ser quantificados e que seria necessario desenvolver metodologias para alguns aspectos qualitativos alem de reconhecer que elementos descritivos e qualitativos fornecem um valor importante em si mesmo.

CATEGORIA IV - COMERCIO E MEIO AMBIENTE EM RELACAO COM PRODUTOS FLORESTAIS E SERVICOS.

O representante do Fundo Mundial para a Natureza , Steve Howard, recomendou que qualquer revisao das tarifas e subsidios existentes deveriam incluir uma consideracao dos efeitos positivos destas

medidas no manejo florestal sustentável. E encorajou o Painel a investigar políticas e práticas de comércio inovadoras que promoveriam o manejo florestal sustentável.

CATEGORIA V - ORGANIZACOES INTERNACIONAIS E INSTITUICOES E INSTRUMENTOS MULTILATERAIS INCLUINDO MECANISMOS LEGAIS APROPRIADOS:.

O representante da Aliança Internacional de Povos Indígenas e Tribais das Florestas Tropicais, Hubertur Samangun, alertou para a ausência de organizações de povos indígenas na Lista de ONGs deste documento apesar da habilidade destas organizações para contribuir com a conservação e uso sustentável das florestas.

CONCLUSÃO - O Painel de florestas na sua 2ª Sessão implementou normas efetivas para participação de ONGs e outros grupos sociais que possibilitaram um valioso processo de cooperação entre a sociedade civil ali representada e as delegações governamentais presentes. Nesta crônica buscou-se resgatar uma amostra significativa das 30 intervenções dos representantes das ONGs que colaboraram com o trabalho do Painel de Intergovernamental de Florestas na sua 2ª Sessão. E é importante reafirmar os dois pontos fundamentais encaminhados à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) pela ambientalista Barbara Bramble (representante do Global Forest Policy Project): I - Os membros do IPF deveriam se mobilizar sem tardar para elaborar recomendações concretas para a ação. II - O IPF deveria cuidar de não concentrar suas atenções na questão do comércio florestal tendo em mente cumprir com o mandato conferido pela CDS para abordar a série de desafios enfrentado pelas florestas do mundo.

AGRADECIMENTOS: Ao Comitê Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e ao Fundo Mundial da Vida Selvagem (WWF) pelo convite e patrocínio a autora para participação na 2ª Sessão do Painel Intergovernamental de Florestas e ao Ministério de Relações Exteriores e Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal na pessoa do Dr. Antonio Carlos do Prado pelo convite para participação na Delegação Oficial.